



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
Campus Igarassu/Campus Igarassu/Diretoria de Ensino

EDITAL CIGR/IFPE Nº 15, DE 15 DE AGOSTO DE 2024
(ANEXO DA PORTARIA CIGR/IFPE Nº 150, DE 18 DE SETEMBRO DE 2024)

RETIFICADO EM 18/09/2024

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO

O DIRETOR-GERAL DO CAMPUS IGARASSU DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, nomeado pela Portaria REI/IFPE nº 518, publicada no DOU de 06 de maio de 2024, seção 02, página 18, em conformidade com a Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro 2008, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e a **DIRETORA DE ENSINO**, nomeada pela Portaria nº 635, publicada no DOU de 14 de maio de 2024, seção 02, página 15, tornam pública a realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR SUBSTITUTO, em caráter temporário, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo, designada pela Portaria CIGR/IFPE nº 77, de 19 de julho de 2024, conforme discriminação a seguir:

1. DAS VAGAS

1.1. São ofertadas as vagas de Professor Substituto da carreira de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com características específicas de Campus de lotação, área do conhecimento, disciplinas, requisitos mínimos e regime de trabalho, conforme o QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS a seguir:

UNIDADE: IGARASSU					
Área do Conhecimento	Disciplina(s)	Titulação Exigida	Regime de Trabalho	Código/ Opção	Nº de vagas*
					VCG
Gestão e Negócios	Empreendedorismo; Gestão da Cadeia de Suprimentos; Gestão da Inovação; Gestão de Pessoas; Marketing; Metodologia da Pesquisa; Planejamento Estratégico; Terceiro Setor e afins.	Graduação em Administração ou em Processos Gerenciais + Pós-Graduação (lato sensu ou stricto sensu) na área* ou afins	40 horas semanais	101	2

* VCG - Vaga de concorrência geral.

** Considerar-se-á a tabela de áreas de conhecimento da CAPES disponível em <http://lattes.cnpq.br/documents/11871/24930/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf/d192ff6b-3e0a-4074-a74d-c280521bd5f7>.

1.2. São atribuições do Professor Substituto as relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, no que couber e observados os regulamentos internos do IFPE.

2. DA REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E OUTROS BENEFÍCIOS

2.1. A remuneração será feita de forma isonômica à remuneração da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, que trata a Lei nº 12.772/2012, correspondendo à Classe Inicial DI, nível 01, sendo composta de Vencimento Básico e, se for o caso, Retribuição por Titulação, de acordo com a titulação apresentada no ato da contratação, conforme o quadro a seguir:

2.1.1. Para regime de trabalho de 40 horas semanais:

Titulação	Vencimento Básico (R\$)	Retribuição por Titulação (R\$)	Remuneração Total (R\$)
Graduação	3.412,63	-	3.412,63
Aperfeiçoamento	3.412,63	255,94	3.668,57
Especialização	3.412,63	511,90	3.924,53
Mestrado	3.412,63	1.279,74	4.692,37
Doutorado	3.412,63	2.943,39	6.356,02

2.2. O Professor Substituto receberá Auxílio-Alimentação conforme regime de trabalho.

2.3. O professor substituto poderá requerer Auxílio-Transporte destinado ao custeio parcial de despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual nos deslocamentos de sua residência para os locais de trabalho e vice-versa.

3. DAS VAGAS DESTINADAS A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

3.1. Em atenção ao Princípio da Razoabilidade, do total de vagas ofertadas no item 1.1, 5% (cinco por cento) serão providas por pessoas com deficiência, na forma do parágrafo 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/90 e do Decreto nº 9.508/2018.

3.2. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente.

3.3. Considerando a disposição presente no §4º, do artigo 1º, do Decreto nº 9.508 de 2018, fica estabelecido que o percentual de cota a ser reservada para pessoa com deficiência será aplicado no total de vagas ofertadas neste edital.

3.4. Não se aplica a reserva de vagas a pessoas com deficiência com relação aos cargos que ofereçam menos de cinco vagas.

3.5. Para cada área do conhecimento constante no item 1.1. onde há reserva de vaga para pessoa com deficiência (PCD), o candidato com deficiência que obtiver a maior nota final, nos termos do item 8.1, ocupará a vaga PCD conforme código opção inscrito no certame.

3.6. A publicação do resultado final do concurso será feita em duas listas, contendo, a primeira, a classificação de todos os candidatos, inclusive as pessoas com deficiência, e a segunda, somente a classificação destes últimos.

3.6.1. A quantidade de candidatos homologados nas duas listas obedecerá ao determinado no Anexo II do Decreto nº 9.739/2019.

3.7. Caso haja convocações além do número de vagas originalmente previstas em edital, o percentual de reserva para pessoas com deficiência será aplicado sobre o total de vagas providas, abrangendo o número total das convocações e não apenas o número de vagas a serem providas em cada

convocação em separado.

3.8. A convocação, quando da contratação de candidatos, obedecerá à ordem de classificação no processo seletivo e será realizada de forma alternada e proporcional.

3.9. Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadra nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto nº 3.298/99, e suas alterações posteriores.

3.10. O candidato com deficiência deverá declarar sua condição no ato da inscrição.

3.10.1. O candidato que não declarar sua condição de deficiente no ato da inscrição perderá o direito de concorrer às vagas destinadas às pessoas com deficiência.

3.11. A pessoa com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto nº 9.508/2018, participará do processo seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que concerne à avaliação e aos critérios de aprovação, e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.12. Se convocado, o candidato deverá submeter-se à perícia médica promovida por Junta Médica Oficial, que terá decisão terminativa sobre a sua qualificação como pessoa com deficiência, ou não, e seu respectivo grau, com a finalidade de verificar se a deficiência da qual é acometido realmente o habilita a ocupar as vagas reservadas para candidatos em tais condições.

3.12.1. O não comparecimento à convocação supramencionada acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.12.2. O candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial munido de laudo médico que ateste o tipo de deficiência em que se enquadra, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

3.12.3. A não observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito às vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.13. As vagas definidas no subitem 1.1 que não forem providas por falta de candidatos com deficiência, por reprovação no processo seletivo ou na perícia médica, serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação por cargo.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado serão realizadas entre os dias 27 de agosto e 09 de setembro de 2024, exclusivamente via Internet, por meio do Formulário Eletrônico: <https://forms.gle/ALzG5ZBXnAb7ES99>.

4.1.1. Em caso de falha ou falta de comunicação relacionada a provedores externos, o IFPE estará isento de responsabilidade.

4.1.2. Informações sobre o Processo Seletivo Simplificado estarão disponíveis no sítio do IFPE (<https://portal.ifpe.edu.br/igarassu/>).

4.2. Para proceder à sua inscrição no concurso, o candidato deverá:

I - ser brasileiro nato ou naturalizado e estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;

II - satisfazer todas as condições do presente Edital, anulando-se todos os atos decorrentes de inscrição efetuada em desacordo com as presentes normas;

III - preencher formulário de requerimento de inscrição; e

IV - emitir e efetuar recolhimento da taxa de inscrição no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), através de Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser paga em qualquer agência do Banco do Brasil até o dia 10 de setembro de 2024.

4.3. Serão permitidas alterações de dados que compõem o formulário de requerimento de inscrição até 09/09/2024.

4.4. Somente serão aceitas inscrições realizadas até o dia 09/09/2024 e cujo recolhimento da taxa seja feito até o dia 10/09/2024.

4.4.1. Não serão aceitos comprovantes de agendamento de pagamento.

4.5. A taxa de inscrição, uma vez paga, não será restituída em hipótese alguma.

4.6. Poderá requerer isenção da taxa de inscrição o candidato que, cumulativamente:

I - comprove inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022; e

II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022.

4.7. Para solicitar a isenção de pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá, no período entre 27 e 29 de agosto de 2024, realizá-la exclusivamente via Internet, por meio do Formulário Eletrônico: <https://forms.gle/H8fDPJUsCrJmkX96>.

4.8. As informações prestadas serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, se agir de má fé, utilizando-se de declaração falsa, estar sujeito às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no Parágrafo Único do art. 10 do Decreto nº 83.936, de 6 de setembro de 1979, sendo também eliminado do Processo Seletivo e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

4.8.1. Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º do Decreto nº 6.593/2008 estará sujeito a:

a) cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

b) exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após homologação do resultado e antes da assinatura do contrato;

c) declaração de nulidade do ato de assinatura do contrato, se a falsidade for constatada após a sua publicação.

4.9. O IFPE consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

4.10. Para todos os candidatos será validada apenas a última inscrição, não sendo possível a inscrição em mais de 1 (um) Código Opção.

4.11. O resultado da solicitação de isenção será divulgado no sítio do IFPE (<https://portal.ifpe.edu.br/igarassu/>) no dia 02 de setembro de 2024, de modo a possibilitar, no caso de indeferimento, a inscrição do candidato por meio de recolhimento da taxa de inscrição.

4.12. Será facultado ao candidato apresentar um único recurso quanto ao indeferimento da solicitação de isenção, devidamente fundamentado.

4.12.1. O recurso deverá ser interposto até as 23h59min do dia subsequente ao da divulgação do resultado da solicitação de isenção, através do endereço de e-mail: concurso.substituto@igarassu.ifpe.edu.br.

4.13. O resultado dos recursos será divulgado na data provável de 04 de setembro de 2024, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/igarassu/>.

4.14. A solicitação de isenção da taxa de inscrição, mesmo que deferida, não implica na inscrição automática do candidato no Processo Seletivo, devendo o mesmo formalizar sua inscrição conforme subitem 4.2. deste Edital, excluindo-se o inciso IV nos casos de deferimento da solicitação de isenção.

4.15. O candidato cuja solicitação de isenção tenha sido indeferida deverá efetuar o pagamento da GRU até a data estabelecida no subitem 4.2., inciso IV, deste Edital, assegurando sua participação no certame.

5. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO

5.1. São requisitos para contratação como professor substituto:

I - nacionalidade brasileira;

II - gozo dos direitos políticos;

III - quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - nível de escolaridade e habilitação profissional exigidos para o exercício do cargo;

V - idade mínima de 18 anos;

VI - aptidão física e mental, comprovada através de perícia realizada pelo serviço médico do IFPE;

VII - não ser ocupante de cargo efetivo integrante das carreiras de magistério das instituições federais de ensino, nos termos do inciso I, parágrafo 1º, art. 6º da Lei nº 8.745/1993; e

VIII - ter decorrido mais de 24 meses do encerramento de contrato anterior com a Administração Pública Federal, nos termos do inciso III, do Artigo 9º, da Lei nº 8.745/1993, se for o caso.

5.2. A não apresentação dos comprovantes exigidos no item 5.1 implicará o não aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no processo seletivo simplificado.

6. DA ESTRUTURA DO PROCESSO SELETIVO

6.1. O Processo Seletivo se dará através de Análise de Títulos.

7. DA ANÁLISE DE TÍTULOS

7.1. O candidato será avaliado através dos títulos, sendo conferidos valores de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, assim distribuídos:

Nº de Ordem	Títulos	Valor Unitário	Pontuação Máxima
a)	Doutorado na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo ou na área de Educação, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	60	60
b)	Doutorado fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	55	
c)	Mestrado na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo ou na área de Educação, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	50	
d)	Mestrado fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC.	45	
e)	Especialização (Lato Sensu) na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo ou na área de Educação, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas.	40	

f)	Especialização (Lato Sensu) fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo, ministrado por instituição de ensino superior, reconhecido pelo MEC, com carga horária mínima de 360 horas.	35	
g)	Experiência profissional docente comprovada na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo.	4 pontos por ano	40
h)	Experiência profissional docente comprovada fora da área do conhecimento objeto do Processo Seletivo.	2 pontos por ano	

7.2. Os títulos devem ser organizados em um único arquivo no formato pdf, seguindo rigorosamente a ordem prevista no subitem 7.1. deste Edital, o qual deve ser enviado por upload em campo apropriado no momento de inscrição no processo seletivo de que trata o Inciso III do item 4.2.

7.2.1. O candidato deve incluir no arquivo pdf de que trata o item 7.2., obrigatoriamente, a titulação exigida constante no item 1.1 deste Edital, sob pena de desclassificação no Processo Seletivo.

7.2.2. O arquivo no formato pdf deve apresentar os títulos, inclusive o citado no item 7.2.1., em frente e verso para perfeita identificação de todos os dados, não sendo aceito a apresentação de apenas uma lauda.

7.3. A autenticidade dos títulos enviados conforme item 7.2. será comprovada mediante a apresentação dos originais no ato de convocação para contratação.

7.3.1. Constatada a não comprovação da autenticidade dos títulos, o candidato será excluído da lista de aprovados, anulando-se os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no processo seletivo simplificado.

7.4. A pontuação da Análise de Títulos dar-se-á mediante o somatório dos títulos apresentados pelos candidatos, conforme os pontos atribuídos a cada título indicado no quadro do subitem 7.1 deste Edital.

7.4.1. Cada um dos títulos especificados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f” somente serão considerados uma única vez, prevalecendo a pontuação do maior título, mesmo que o candidato seja detentor de formação múltipla.

7.5. Os diplomas, certificados e comprovantes outros de conclusão de cursos, inclusive de Mestrado e Doutorado, somente serão válidos quando oriundos de instituições de ensino superior públicas ou privadas, reconhecidos pelo MEC (cursos e instituições), e observadas as normas que lhes regem a validade, dentre as quais, se for o caso, as pertinentes ao respectivo registro.

7.5.1. Os diplomas e os certificados conferidos por instituições estrangeiras somente serão válidos quando traduzidos para o vernáculo por tradutor público juramentado, convalidados para o território nacional e atenderem ao disposto na Resolução CNE/CES no. 1, de 28/01/2002, do Conselho Nacional de Educação.

7.5.2. Para fins de comprovação dos títulos especificados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”, serão aceitos somente diplomas, certificados ou comprovantes outros que declarem expressamente que o candidato concluiu o curso sem pendências.

7.6. Para comprovação da experiência profissional de que tratam as alíneas “g” e “h”, somente serão consideradas os seguintes documentos:

- a) Certidão ou declaração de tempo de serviço, para quem possuir experiência como servidor público efetivo;
- b) Carteira de Trabalho, com data de admissão e rescisão;

c) Contrato de Trabalho, sempre acompanhado do último comprovante de pagamento ou da rescisão do contrato de trabalho.

7.6.1. Caso o vínculo comprovado pela Carteira de Trabalho nos termos da alínea “b” não conste a data de rescisão, deverá ser apresentado o último comprovante de pagamento.

7.6.2. Os documentos que comprovem a experiência profissional de que tratam as alíneas “g” e “h”, deverão conter, explicitamente, o início e o fim do tempo de serviço profissional, para possibilitar a contagem de tempo, bem como a(s) disciplina(s) e/ou área do conhecimento ministrada(s).

7.6.2.1. caso os documentos de que tratam o item 7.6.2. não apresentem os dados solicitados, deverá ser apresentada em concomitância uma declaração oficial da instituição, digitada em papel timbrado, constando o número ou carimbo do CNPJ da mesma, informando a área do conhecimento de atuação, para possibilitar o enquadramento dentro ou fora da área do conhecimento.

7.7. Só serão válidos os documentos comprobatórios de experiência profissional formal e que tenham relação com atividades de docência.

7.7.1. Não serão aceitas declarações ou qualquer outro tipo de documento, cujos vínculos não foram devidamente formalizados de acordo com a legislação pertinente e comprovados através dos documentos estabelecidos nas alíneas “a”, “b” e “c”, do item 6.6.

7.8. Não serão aceitas atividades de “Monitoria”, “Bolsas”, “Estágio” ou “Estágio Docência”, para efeito de pontuação.

7.9. A divulgação do resultado preliminar ocorrerá na data provável de **25/09/2024**, a partir das 17h00min, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/igarassu/>.

7.10. Será facultado ao candidato apresentar um único recurso devidamente fundamentado.

7.10.1. O recurso deverá ser interposto até as 17h00min do dia subsequente ao da divulgação do resultado, através do Formulário Eletrônico: <https://forms.gle/TxjEA4HCULnW8m7f6>.

7.11. O resultado dos recursos será divulgado juntamente com o resultado final, na data provável de **02/10/2024**, a partir das 17h00min, no endereço <https://portal.ifpe.edu.br/igarassu/>.

8. DA CLASSIFICAÇÃO

8.1. A classificação do candidato far-se-á em ordem decrescente da pontuação final.

8.2. A pontuação final dos candidatos habilitados será obtida através apenas da Análise de Títulos de acordo com a seguinte fórmula: $NF = AT$

8.2.1. Para fins de aplicação da fórmula:

a) NF é Nota Final; e

b) AT é Análise de Títulos.

8.3. Para efeito de classificação, a pontuação final será a obtida conforme o subitem 8.2 deste Edital, calculada até a casa dos centésimos.

8.4. Em caso de igualdade no total de pontos, terá preferência, para efeito de classificação, o candidato com:

a) maior tempo de atividade docente na área do conhecimento objeto do Processo Seletivo;

b) maior idade.

8.4.1. Havendo candidatos que se enquadrem na condição de idoso, nos termos da Lei nº 10.741/2003, e em caso de igualdade no total de pontos, o primeiro critério de desempate será a idade, dando-se preferência ao candidato de idade mais elevada, ficando os demais critérios sob a ordem estabelecida no subitem 8.4 deste Edital.

9. DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. O resultado final, com a classificação dos candidatos aprovados no Processo Seletivo,

será homologado pelo Diretor-Geral do IFPE - Campus Igarassu, e publicado, através de Edital, no Diário Oficial da União.

10. DA VALIDADE

10.1. O Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data em que for publicada a homologação do resultado final no Diário Oficial da União, podendo ser prorrogado por igual período.

11. DA CONTRATAÇÃO DO CANDIDATO CLASSIFICADO

11.1 O candidato habilitado será convocado para contratação, rigorosamente de acordo com a classificação obtida, por um período máximo de até 12 (doze) meses, podendo ocorrer prorrogações subsequentes ao tempo de duração inicial.

11.1.1. O período total de contratação do servidor não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses, conforme Lei nº 8.745/1993.

11.2. A classificação do candidato não assegurará o direito à sua contratação automática no cargo para o qual se habilitou, mas, apenas, a expectativa de ser contratado.

11.3. Havendo desistência de algum candidato convocado para contratação, poderá ser substituído pelo próximo candidato mais bem colocado.

11.4. Por necessidade do ensino e de acordo com a especialidade do candidato, este poderá ser remanejado para lecionar disciplina diversa daquela para a qual prestou concurso, desde que da mesma área do conhecimento.

11.5. No interesse da Administração e com a anuência do candidato habilitado, este poderá ser contratado para lotação em um Campus do IFPE de outra região diferente daquele para o qual fez a inscrição.

11.5.1. Caso o candidato habilitado não aceite a contratação para um Campus do IFPE de outra região, permanecerá na colocação obtida na lista de classificação, e o IFPE poderá consultar o candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

11.6. O candidato classificado será convocado para contratação via edital, a ser publicado no Diário Oficial da União, e deverá declarar à unidade de Gestão de Pessoas do local de lotação, por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, se aceita ou não a contratação.

11.6.1. O seu não pronunciamento nesse prazo caracteriza-se desistência, permitindo ao IFPE convocar o candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

11.7. É facultado ao candidato, durante o prazo previsto no item 11.6, solicitar ser posicionado no fim da lista de candidatos classificados.

11.7.1. A solicitação de inclusão no fim da lista de candidatos classificados permite ao IFPE convocar o candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

11.7.2. A faculdade de que trata o item 11.7 só será concedida uma única vez.

11.8. Para fins de possível convocação, o candidato habilitado será responsável pela correção e atualização de endereço e telefones, durante a vigência do Processo Seletivo Simplificado.

11.8.1. O candidato deve solicitar a correção e atualização de endereço e telefones através do e-mail concurso.substituto@igarassu.ifpe.edu.br.

11.9. Assinando declaração de que aceita o cargo, o candidato terá dez dias úteis para apresentar a documentação necessária à contratação.

11.9.1. Inclui-se neste prazo o tempo para realização dos exames admissionais e realização da perícia.

11.9.2. O IFPE não arcará com despesas que porventura o candidato aprovado virá a ter com realização dos exames admissionais.

11.10. A contratação dar-se-á pela assinatura do respectivo contrato.

11.10.1. O candidato será contratado como Professor Substituto, por prazo certo e determinado.

11.11. O candidato contratado que não assumir imediatamente, terá o contrato anulado e será automaticamente substituído pelo candidato seguinte, na rigorosa ordem de classificação.

11.12. O candidato contratado não poderá pleitear qualquer vantagem pecuniária por não residir na localidade onde ocupará a vaga.

11.13. O candidato contratado cumprirá horários e atividades estabelecidas pelo IFPE.

11.14. Não deverá ser contratado o candidato que for servidor da Administração Pública Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como empregado ou servidor de suas subsidiárias e controladas, salvo nos casos previstos no inciso XVI, letras "a", "b" e "c" do artigo 37 da Constituição Federal e com a comprovação formal de compatibilidade de horário.

11.15. Não poderá ser contratado o candidato que, tendo sido Professor Substituto, Temporário ou Visitante nesta ou em outra instituição federal de ensino, não tenha completado 24 (vinte e quatro) meses de interstício desde o final de seu último contrato, ou que esteja com contrato em vigor, de acordo com o artigo 9º, Item III, da Lei 8.745/93.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. O IFPE poderá realizar diligências a fim de esclarecer dúvidas porventura existentes nos documentos apresentados, contudo, estas diligências não poderão complementar informações omissas no ato de envio dos títulos.

12.2. A inexistência das afirmativas ou a falsidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente à realização do Processo Seletivo Simplificado, implicará na eliminação sumária do candidato, ressalvado o direito de ampla defesa, sendo declarados nulos, de pleno direito, a inscrição e todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de eventuais sanções de caráter judicial.

12.3. Será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que:

I - burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste Edital;

II - dispensar tratamento inadequado, incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida no Processo Seletivo Simplificado, bem como perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos relativos ao referido processo;

III - tiver cometido falsidade ideológica com prova documental.

12.4. Serão incorporados ao presente Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais e normas complementares que vierem a ser publicados pelo IFPE com vistas ao Processo Seletivo Simplificado objeto deste Edital.

12.5. A inscrição neste Processo Seletivo Simplificado implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

12.6. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para o e-mail concurso.substituto@igarassu.ifpe.edu.br.

12.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão responsável pelo Processo Seletivo.

13. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

13.1. As atividades relativas a este Processo Seletivo Simplificado observarão os prazos descritos no quadro:

Nº	ATIVIDADE	PRAZO	LOCAL
1	Publicação do Edital	16 de agosto de 2024	DOU e site do IFPE*

2	Período de solicitação de Impugnação ao Edital	17 e 18 de agosto de 2024	e-mail: concurso.substituto@igarassu.ifpe.edu.br
3	Divulgação das análises de Impugnação ao Edital	20 de agosto de 2024	Site do IFPE*
4	Período de Inscrição	27 de agosto a 09 de setembro de 2024	Formulário Eletrônico: https://forms.gle/ALzgG5ZBXnAb7ES99 , disponibilizado no site do IFPE*
5	Solicitação de isenção do pagamento da inscrição	27 a 29 de agosto de 2024	Formulário Eletrônico: https://forms.gle/H8fDPJUsCrJmkX96 , disponibilizado no site do IFPE*
6	Divulgação da lista preliminar de isenções do pagamento da inscrição	02 de setembro de 2024	Site do IFPE*
7	Recurso sobre a lista preliminar de isenções do pagamento da inscrição	03 de setembro de 2024	e-mail: concurso.substituto@igarassu.ifpe.edu.br
8	Divulgação das análises de recursos sobre a lista preliminar de isenções e homologação dos candidatos isentos	04 de setembro de 2024	Site do IFPE*
9	Último dia para pagamento da GRU de inscrição	10 de setembro de 2024	Banco do Brasil (https://pagtesouro.tesouro.gov.br/portal-gru/#/emissao-gru)
10	Divulgação do Resultado Final Preliminar	25 de setembro de 2024	Site do IFPE*
17	Recurso sobre o Resultado Final Preliminar da seleção	26 de setembro de 2024	Formulário Eletrônico: https://forms.gle/TxjEA4HCUlnW8m7f6 , disponibilizado no site do IFPE*
18	Divulgação sobre as análises de recursos sobre o Resultado Final Preliminar da seleção, e Publicação de Resultado Final.	02 de outubro de 2024	Site do IFPE*

*site do IFPE: <https://portal.ifpe.edu.br/igarassu/>

13.2. Este cronograma poderá sofrer alterações, as quais serão divulgadas no site do IFPE.

(assinado eletronicamente)
LINCOLN TAVARES DOS SANTOS

(assinado eletronicamente)
MICHELLE SILVA DE OLIVEIRA CEDRAZ



Documento assinado eletronicamente por **Michelle Silva de Oliveira Cedraz, Diretor(a) de Ensino**, em 18/09/2024, às 17:03, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Lincoln Tavares dos Santos, Diretor(a)-Geral**, em 19/09/2024, às 15:38, conforme art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ifpe.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1405004** e o código CRC **118AEB58**.
